

Estudo Técnico Preliminar 4/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 19958.202427/2024-45

2. Descrição da necessidade

- 2.1. O objeto da pretensa contratação consiste na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para a frota de veículos pertencentes às unidades do Ministério do Trabalho e Emprego no âmbito do Distrito Federal, sob demanda, compreendendo: mecânica, elétrica, lanternagem em geral, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, acessórios, tapeçaria e pintura com fornecimento de peças genuínas ou originais e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho).
- 2.2. A contratação dos serviços de manutenção de veículos se justifica em função da necessidade deste órgão em manter a frota em perfeito estado de conservação e em pleno funcionamento, para atendimento das atividades de representação e todas as demandas de fiscalização e transportes de carga.
- 2.3. O Ministério não dispõe, atualmente, de infraestrutura e força de trabalho no seu quadro de pessoal, voltada para essa demanda, razão pela qual há de se recorrer à contratação de empresa especializada na prestação desses serviços, por intermédio de processo licitatório.
- 2.4. Além disso, o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, deixa claro em seu Art. 3º que podem ser terceirizados os serviços auxiliares, instrumentais e ou acessórios, necessários ao cumprimento da missão institucional dos órgãos.
- 2.5. Atualmente, o MTE não possui contrato desta natureza, visto que o Contrato Administrativo nº 01/2023 teve sua vigência expirada em 31/01/2025. A empresa ora contratada, não demonstrou interesse na sua continuidade, ocasionando assim, a necessidade de abertura de novo procedimento licitatório.
- 2.7. O presente estudo decorre da instituição formal da Equipe de Planejamento da Contratação, com amparo na Portaria DAFC/MTE nº 18, datada de 06 de janeiro de 2025 (SEI nº 4280357), conforme preconiza a Instrução Normativa nº 5/2017 e o Documento de Formalização de Demanda (SEI nº 1843047).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Administração Predial e Serviços Gerais	MARCUS DANILLO MENDES FURTADO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.
- 4.2. Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, a Contratada deverá atender aos seguintes requisitos mínimos para sua satisfação:
- 4.2.1. Realizar o serviço objeto da contratação de forma completa, com atendimento de todos os requisitos, sem que haja a descontinuidade nem necessidade de a nova pasta realizar quaisquer contratações adicionais.
- 4.2.2. Cumprir fielmente o que estabelece as cláusulas e condições do Contrato, de forma que os serviços a serem executados mantenham os veículos em condições de perfeito funcionamento, mediante assistência técnica e serviços de manutenção preventiva e corretiva.

4.2.3. Executar os serviços contratados por profissionais especializados.

4.2.4. Executar fielmente e dentro das normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e eventuais complementações solicitadas pelo Contratante, conforme documentos integrantes e rigorosa observância às Ordens de Serviços aprovados pelo Contratante.

4.2.5. Fornecer o material necessário à manutenção preventiva e corretiva e dispor de todas as ferramentas e equipamentos ao tipo de serviço a ser realizado, apresentando, quando da execução dos serviços, no mínimo, os seguintes equipamentos e instalações:

I. MECANICA/ELÉTRICA:

1. Equipamento de análise eletrônica e diagnóstico (para análise e leitura das partes elétricas e eletrônicas do veículo;
2. Multímetro
3. Lavadora de peças;
4. Macaco para motor;
5. Medidor de pressão do sistema de arrefecimento;
6. Medidor de pressão de cilindros;
7. Medidor de pressão para sistema de injeção eletrônica;
8. Elevador de veículos;
9. Equipamento para limpeza e regulagem de bicos injetores.

II. FUNILARIA:

1. Rebitador;
2. Tracionadores: conjunto para reparo de carroceria;
3. Ventosas para manuseio de vidros;
4. Máquina e (ou) equipamento para soldagem, etc.

III - PINTURA:

1. Cabine de pintura e estufa de secagem;
2. Pistola;
3. Compressor.

IV. GERAIS:

1. Pátio coberto e fechado para guardar os veículos com segurança;
2. Iluminação adequada;
3. Sistema de proteção contra incêndio dentro dos padrões do Corpo de Bombeiros;
4. Ferramentas adequadas para cada tipo e modelo de veículo;
5. No mínimo, um funcionário especializado em cada área (pintura, funilaria, vidraçaria, borracharia, etc.).

4.2.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

4.2.7. Dispor de estrutura de execução dos serviços à distância, considerado o percurso por via de acesso regular mais próximo de, no máximo, 30 km (trinta quilômetros) da Esplanada dos Ministérios, Bloco F, a fim de facilitar a fiscalização do Contrato, reduzir os custos de deslocamentos e otimização no atendimento.

4.2.8. Dispor de local apropriado para guarda e conservação dos veículos, devendo ser em área coberta e com total segurança, e, ainda, conservar ao abrigo do sol e da chuva em tempo integral, enquanto estiverem sob a responsabilidade da empresa contratada, sob pena de infração contratual.

4.2.9. Apresentar a última tabela de tempo padrão de reparos para execução de serviços, emitida pelo fabricante do veículo, no ato da assinatura do contrato e sempre que houver alteração.

4.2.10. Disponibilizar, via web, Sistema de Orçamentação Automotiva atualizado mensalmente, que permita consulta dos preços de peças praticados por concessionárias e montadoras, contendo código e valores de peças dos veículos (Cília, Aldatex, ou similar).

4.2.11. A Contratada deverá estar apta a comprovar que atende aos requisitos mínimos de habilitação econômico-financeira, jurídica e técnico-operacional previstos no Edital, bem como deve manter-se habilitada durante toda a execução dos serviços.

4.2.12. A presente contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, cujo critério de julgamento será o menor preço por item.

4.3 Natureza do objeto

4.3.1. A natureza do objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços considerados comuns de uso geral, conforme prevê o inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidades que podem ser objetivamente definidas pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4.3.2. Tendo em vista que os serviços a serem prestados possuem caráter instrumental e acessório, com a intenção de manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que a sua interrupção poderá comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, verifica-se que o objeto da aludida contratação trata-se de natureza continuada, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.3.3. Dentre as atividades desenvolvidas por este Ministério que estariam comprometidas pela interrupção dos serviços pretendidos destacam-se as ações de fiscalização e de representação do Ministro.

4.4 Critérios e Práticas de Sustentabilidade

4.4.1. Conforme item 14 deste Estudo Técnico Preliminar.

4.5 Vigência inicial do Contrato

4.5.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta meses contados da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.5.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

4.5.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

4.5.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

4.5.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

A vantajosidade econômica para prorrogação do contrato estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:

a) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo insumos e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE.

4.6. Início da Execução dos serviços

4.6.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do contrato, conforme cronograma a ser apresentado pela Gestão.

4.7. Transição Contratual

4.7.1. Não se aplica na contratação em tela promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Após pesquisa em contratações similares foram encontrados dois modelos de contratações para o serviço em tela:

5.1.1. Marca/Montadora dos Veículos.

5.1.2. Porte dos Veículos.

5.2. Para as especificidades das necessidades do órgão, em razão das aquisições e desfazimentos de veículos, a contratação por porte dos veículos mostrou-se mais adequada, pois permite a inclusão e exclusão de veículos independente da marca.

5.3. Nas contratações em análise não foram identificadas situações específicas que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em razão de tais serviços serem considerados comuns.

5.4. Tem-se como premissa a obtenção de soluções práticas e econômicas comumente encontradas no mercado, e que atendem à necessidade do MTE quanto aos serviços a serem contratados, não havendo restrições quanto à competitividade e oferta por interessados em participar da licitação com atendimento a todos os requisitos, critérios e especificações a serem exigidas no Edital.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Não há necessidade de classificar este estudo como sigiloso nos termos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

6.2. Os serviços de manutenção e reparo de veículos oficiais abrangem: Mecânica em Geral, Arrefecimento, Refrigeração, Revisão Elétrica e Eletrônica, Lanternagem e Pintura, Alinhamento e Balanceamento em Geral, Borracharia, Pneumático, Acessórios, Vidraçaria, Capotaria e Tapeçaria, Lubrificação, Troca de Óleo Lubrificante, Fluido para Freio Hidráulico, Aditivo para Radiador, Filtro de Ar, Filtro de Óleo;

6.2. Caberá a Contratada somente as manutenções preventivas e corretivas não cobertas pela revisão de garantia. As revisões periódicas de garantia definidas no Manual do Proprietário, não serão executadas pela Contratada.

6.2.1 **Manutenção preventiva:** constituirá de revisões solicitadas pelo Gestor do Contrato, para substituição de peças ou componentes, lubrificação, troca de óleo e fluídos (que se enquadrem nas especificações da ANP – Agência Nacional do Petróleo ou do Órgão Federal responsável) ou para execução de quaisquer outros serviços relacionados com a manutenção preventiva definida pelo fabricante do veículo, que não estejam contempladas na cobertura da garantia de fábrica.

6.2.2 **Manutenção Corretiva:** são todos os reparos necessários aos defeitos ocorridos acidentalmente como, por exemplo: quebras de componentes, desgastes prematuros, uso indevido, colisões;

6.3. A manutenção corretiva será realizada mediante solicitação do Gestor do Contrato, e terá por finalidade corrigir possíveis falhas na parte mecânica, elétrica, lanternagem, pintura, borracharia, vidraçaria e pneumáticos, efetuando-se os ajustes necessários, reparos e consertos, inclusive a substituição de peças desgastadas pelo uso;

6.4. Nos serviço de manutenção preventiva e (ou) corretiva mecânica e elétrica deverão ser observados os itens abaixo:

- a. Revisão do sistema de transmissão:** lubrificação de diferencial, caixa de câmbio, folgas, balanceamento de eixo se houver, juntas homocinéticas, trizetas e suas respectivas coifas, pontas de eixo e outros;
- b. Revisão do sistema de direção:** aperto dos parafusos, regulagem e conferência de terminais, lubrificação (graxa e óleo), barra de direção, bomba de direção, folgas, correia da bomba, caixa de direção, alinhamento, balanceamento, geometria, cambagem das rodas e outros;
- c. Revisão do sistema de freio:** regulagem de freio, verificação do desgaste das pastilhas, lonas, disco, tambores, nível do fluido de freio e substituição, verificação de servo-freio, cuícas de freio, cilindro mestres e auxiliares, freio de estacionamento (cabos, pedais, alavancas), válvulas (pneumáticas), aro dos pneus e outros;
- d. Revisão do sistema de arrefecimento:** exame de radiador, verificação do nível da água, mangueiras e outros;
- e. Revisão de motor:** verificação das correias, óleo, filtro de óleo e de combustível, juntas e demais componentes, substituindo as peças necessárias, e outros;
- f. Revisão do sistema de suspensão:** molas, amortecedores, batentes, coifas, bandejas superiores e inferiores, buchas, pivôs, barra estabilizadora, rolamentos internos e externos e outros;
- g. Revisão do sistema elétrico,** incluindo os acessórios de sinalização e outros;
- h. Serviço de lanternagem,** funilaria e pintura (corretiva e/ou estética) compreendem pequenos reparos, incluindo reposição de peças e acessórios;
- i. Serviços de borracharia,** quando necessário;
- j. Serviços Pneumáticos:** Os critérios para substituição dos pneus seguirão os preceitos da Resolução 558/80, de 15 abril de 1980 (CONTRAN) ou sempre que um defeito de força maior exija a substituição, desde que avaliado e autorizado pelo Gestor do Contrato:
 - **Caracterização:** Pneus novos - "Não Reformado ou Recauchutado ou Remoldado" - nas Normas da ABNT/NBR - c/ Selo do Inmetro e Índice de carga de acordo com a recomendação do fabricante do veículo;
 - **Garantia e Qualidade:** Certificado do Inmetro de qualidade do produto; Garantia no mínimo de 02 (dois) anos da Contratada ou do fabricante, a que for maior;
- k. Recarga e (ou) troca dos extintores** que estejam vencidos ou sem carga/pressão;

6.5. O Contratante efetuará as solicitações de serviço à empresa contratada no horário compreendido entre 8h e 18h, de segunda a sexta-feira, com exceção do serviço de guincho o qual poderá ser solicitado a qualquer momento (24 horas).

6.6. A solicitação de manutenção preventiva e corretiva será realizada mediante emissão de ordem de serviço, emitida pelo Setor de Transportes, que poderá ser enviada por meio eletrônico;

6.7. A Contratada deverá apresentar orçamento para execução dos serviços no prazo de **02(dois) dias úteis** após o recebimento do veículo ou da solicitação do serviço.

6.8. Os orçamentos solicitados devem ser submetidos à aprovação do MTE, discriminando de forma clara, padronizada e detalhada os serviços a serem executados, bem como as peças, componentes, acessórios e materiais a serem fornecidos, contemplando os valores unitários e totais brutos, os percentuais de desconto e o valor total líquido.

6.9. A Contratada somente executará os serviços após a autorização formal do Setor de Transporte.

6.10. A Contratada deverá apresentar laudo técnico sobre a necessidade dos serviços orçados, sempre que solicitado pelo MTE.

6.11. Os serviços executados deverão ter **garantia mínima de 90 (noventa) dias**.

6.12. A empresa deverá fornecer peças, componentes, acessórios e outros materiais de usos automotivos solicitados, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou montadora dos veículos e/ ou através da rede de concessionárias, pelo comércio e indústria automotivos e afins, conforme classificação abaixo:

- a. **Peças Genuínas:** aquelas que foram homologadas, certificadas e garantidas pelo fabricante do veículo.
- b. **Peças Originais:** aquelas peças novas e de primeiro uso, da mesma marca utilizada pela montadora, porém distribuída pelo próprio fabricante e distribuída por este.

6.13. As peças deverão ser fornecidas em embalagens próprias e com selo de garantia anexado.

6.14. A empresa deverá garantir, no mínimo, para as peças fornecidas, 03 (três) meses ou, se a maior, a periodicidade determinada pelo fabricante;

6.15. As peças substituídas, mesmo que inaproveitáveis, deverão ser apresentadas ao MTE, juntamente com a embalagem da nova peça aplicada, bem como documentos que comprovem a procedência das referidas peças fornecidas e/ou substituídas.

6.16. Os serviços serão executados com estrita observância dos prazos e dos valores constantes nas tabelas descritas abaixo, as quais deverão ser fornecidas ao MTE pela empresa vencedora quando da assinatura do contrato:

- a. Tabelas do fabricante de tempo padrão de reparo (homem/hora), para os serviços de mão-de-obra;
- b. Sistema de Orçamentação Automotiva, contendo código e valores de peças dos veículos, disponibilizado via Web e com atualizações mensais das concessionárias e montadoras.

6.17. Executar os serviços de manutenção corretiva no prazo não superior a **10 (dez) dias úteis para os casos de retífica de motor e 03 (três) dias úteis para os demais serviços**, contados a partir da autorização da realização do serviço e substituição de peças, mediante aprovação do orçamento apresentado; após a execução do serviço, devendo o veículo ser entregue lavado interna e externamente.

6.18. O prazo a que se refere o subitem 6.17 supra, poderá ser **prorrogado até o limite do prazo inicial**, mediante solicitação fundamentada, que deverá ser encaminhada à Contratante antes do vencimento do prazo inicial, cabendo ao Fiscal do Contrato, manifestar-se quanto à prorrogação ou não do prazo.

6.19. A ausência de peças no mercado, desde que comprovada, poderá suspender o prazo de execução até a chegada da peça.

6.20. As revisões de caráter preventivo obedecerão à escala de periodicidade a ser definida entre as partes. no prazo não superior a **2 (dois) dias úteis**;

6.21. Preliminarmente aos serviços de capotaria, lanternagem e pintura, será apresentado orçamento discriminativo, quantidade e preço, o qual será analisado pelo Setor de Transportes que efetuará pesquisa em pelo menos 03 (três) outras empresas do ramo, inclusive em concessionária;

6.22. O procedimento de entrega/recebimento do veículo será mediante avaliação do estado de conservação do veículo e condições de recebimento e entrega com suas respectivas quilometragens;

6.23. A empresa deverá encaminhar ao Setor de Transportes, relatório de Assistência Técnica do veículo que passou pela manutenção o qual deverá conter as informações dos itens revisados, consertados e substituídos, e ainda, os diagnósticos técnicos referentes aos problemas que ocasionaram tais defeitos, cujo documento será exigência para comprovação da sua execução.

6.24. A empresa deverá efetuar o serviço de socorro automotivo dos veículos do MTE, por meio de reboque (guincho), sem ônus adicional ao MTE, sempre que os mesmos não puderem trafegar até a oficina da empresa contratada por motivos de avarias, falha mecânica ou sinistro ou ainda qualquer outra pane ocorrida, conforme os prazos abaixo:

- a. efetuar o serviço de socorro automotivo, no âmbito do Distrito Federal, no prazo máximo de duas horas, a contar do recebimento da solicitação;
- b. efetuar o serviço de socorro automotivo, fora do Distrito Federal (até o limite de 150 km), no prazo máximo de três horas, a contar do recebimento da solicitação;
- c. prestar os serviços de reboque (guincho), durante 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, sem que isso implique acréscimo nos preços praticados.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A frota dos veículos oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego destinados às atividades de representação, fiscalização e transporte de cargas é composta por 45 (quarenta e cinco) veículos distintos, podendo ser alteradas por meio de novas aquisições e/ou desfazimento, conforme especificado no quadro abaixo:

ITEM 1					
VEÍCULOS LEVES (ATÉ 3.500 KG)	MARCA	TIPO	MODELO	ANO	QUANT.
	MITSUBISHI	CAMINHONETE	L-200 TRITON	2013	1
		CAMINHONETE	L-200 TRITON GL 2.4	2022	21
	TOYOTA	CAMINHONETE	HILUX	2019	01
		SEDAN	COROLA	2018	03
		SEDAN	ETIOS	2018	03
	RENAULT	SEDAN	LOGAN	2014/2015	02
		SEDAN	FLUENCE	2014	02
	NISSAN	MINI VAN	GRAND LIVINA	2010	01
	FIAT	CAMINHONETE	TORO	2020	01
	FORD	CAMINHONETE	RANGER	2008/2009	01
		SEDAN	FUSION	2011	01
	M. BENZ	VAN	SPRINTER	2014/2015	01
	VW	SEDAN	JETTA	2018/2019	01
		SUV	TCROSS SENSE	2021	01
	GM	HATCH	CRUZE	2018	01
	CHEVROLET	CAMINHONETE	TRAILBLAZER	2016	01
		CAMINHONETE	TRAILBLAZER	2024	01
	PEUGEOT	SW	207SWXRS	2008	01
	TOTAL DE VEÍCULOS LEVES				44

ITEM 2					
VEÍCULOS PESADOS (ACIMA DE 3.500 KG)	MARCA	TIPO	MODELO	ANO	QUANT.
	M. BENZ	CAMINHÃO	712 C	1994	01
	TOTAL DE VEÍCULOS PESADOS				01

7.2. O quantitativo estimado a ser contratado será o especificado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA

1	Serviço de manutenção preventiva /corretiva com fornecimento de peças para veículos leves (até 3.500 kg)	SERVIÇO/HORA (MÃO DE OBRA)	HORAS
			507 Horas
		FORNECIMENTO DE PEÇAS	VALOR DE REFERÊNCIA
			R\$ 868.843,37
2	Serviço de manutenção preventiva /corretiva com fornecimento de peças para veículos pesados (aci 3.500 kg)	SERVIÇO/HORA (MÃO DE OBRA)	HORAS
			25 Horas
		FORNECIMENTO DE PEÇAS	VALOR DE REFERÊNCIA
			R\$ 18.475,28

7.3. Para a estimativa de mão-de-obra e fornecimento de peças foi levado em consideração o histórico de demandas nos anos de 2023 e 2024. Por conseguinte, foi acrescida uma margem de segurança de 35% (trinta e cinco por cento) no quantitativo obtido, visando prever eventual aumento de demanda por novas aquisições, conforme tabela abaixo.

Item	Descrição		2023	Com correção monetária (9,68%)	2024	Com correção monetária (4,83%)	Média histórica	Acréscimo 35%	Estimativa
1	Serviço de manutenção preventiva /corretiva com fornecimento de peças para veículos leves (até 3.500 kg)	Mão de Obra (horas)	447,07	-	302,95	-	375,01	131,25	506,26
		Peças (R\$)	R\$ 791.600,84	R\$ 868.227,80	R\$ 399.644,72	R\$ 418.947,56	R\$ 643.587,68	R\$ 225.255,69	R\$ 868.843,37
2	Serviço de manutenção preventiva /corretiva com fornecimento de peças para veículos pesados (Acima 3.500 kg)	Mão de Obra (horas)	7,80	-	0,45	-	4,13	1,44	5,57
		Peças (R\$)	R\$ 22.569,86	R\$ 24.754,62	R\$ 2.495,62	R\$ 2.616,16	R\$ 13.685,39	R\$ 4.789,89	R\$ 18.475,28

7.4. Em razão do elevado aumento no valor das peças de veículos, o histórico dos gastos relativos a peças foi corrigido com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -IPCA, Subgrupo Acessórios e Peças por meio da Calculadora do Cidadão no sítio do Banco Central.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.029.361,12

8.1. Conforme Nota Técnica nº 832/2025 (SEI nº 4556256) e Nota Técnica 1253 Complementar (SEI nº 4778914), as quais consolidam a pesquisa de preços relativa à contratação em tela, apurou-se o valor total anual estimado de **R\$ 405.872,22 (quatrocentos e cinco mil, oitocentos e setenta e dois reais e vinte e dois centavos)** e para o período de 60 (sessenta) meses o valor total estimado de **R\$ 2.029.361,12 (dois milhões, vinte e nove mil trezentos e sessenta e um reais e doze centavos)**, consolidada na Planilha abaixo.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO		Valor Unitário	TOTAL	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 60 MESES
1	18856	Serviço de manutenção preventiva /corretiva com fornecimento de peças para veículos leves (até 3.500 kg)	SERVIÇO/HORA (MÃO DE OBRA)	Valor da Hora	R\$ 27.469,26	R\$ 396.814,58	R\$ 1.984.072,88
			Quantidade Estimada	507 Horas	R\$ 54,18		
			FORNECIMENTO DE PEÇAS		Percentual de Desconto		
			Valor de Referência	R\$ 868.843,37	42,51%	R\$ 369.345,32	

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO		Valor Unitário	TOTAL	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 60 MESES
2	18856	Serviço de manutenção preventiva /corretiva com fornecimento de peças para veículos pesados (acima de 3.500 kg)	SERVIÇO/HORA (MÃO DE OBRA)	Valor da Hora	R\$ 1.207,50	R\$ 9.057,65	R\$ 45.288,23
			Quantidade Estimada	25 Horas	R\$ 48,30		
			FORNECIMENTO DE PEÇAS		Percentual de Desconto		
			Valor de Referência	R\$ 18.475,28	42,49%	R\$ 7.850,15	

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Justificativa para o parcelamento ao não da solução:

9.1.1. Foi adotado o parcelamento da contratação de acordo com o porte do veículo em razão de sua viabilidade técnica e econômica, não ocasionando perda de escala e permitindo um melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade, uma vez que há uma quantidade considerável de oficinas mecânicas especializadas em um ou outro tipo de veículo, as quais não poderiam participar do processo licitatório, caso não fosse escolhido o parcelamento da contratação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não se vislumbra contratações correlatas e/ou interdependentes para execução do objeto em tela.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 23612685000122-0-000001/2025;

Data de publicação no PNCP: 06/05/2024;

Id do item no PCA: 80;

Classe/Grupo: 872 - SERVIÇOS DE REPARO DE OUTROS BENS;

Identificador da Futura Contratação: 400045-57/2025.

11.2. O Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) é um dos instrumentos de governança instituídos pela Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021 que visa assegurar os objetivos das contratações públicas, além de estabelecer a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão e entidade, considerando as dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

11.3. Por ser um instrumento de governança, o PLS deve estar vinculado ao planejamento estratégico do órgão, ou instrumento equivalente, e ao plano plurianual, observando ainda as diretrizes tecidas pela Estratégia Federal de Desenvolvimento e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, norteando a elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA), dos estudos técnicos preliminares, dos anteprojetos, dos projetos básicos e termos de referência de cada contratação.

11.2 Conforme PORTARIA SE/MTE Nº 2.155, de 31 de dezembro de 2024 (SEI nº 5261552), foi instituído o Plano de Logística Sustentável do Ministério do Trabalho e Emprego, o qual prevê dentre os seus objetivos a verificação da aplicabilidade dos critérios sustentabilidade na execução do contrato, e encontra-se alinhado com as diretrizes estratégicas 1, 2 e 3 deste Ministério e com o ODS 12 da Agenda 2030.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Benefícios a serem alcançados com a contratação:

- Otimização de custos administrativos e de gerenciamento em todo o processo de contratação;
- Melhorar a produtividade e agilidade nos processos;
- Atuar de modo célere, de forma especializada, na execução das atividades meramente rotineiras;
- Otimizar e modernizar os procedimentos de rotina de fiscalização e gestão de serviços;
- Atendimento a todos os preceitos legais vigentes;
- Mitigar chances de inadimplemento contratual por parte da empresa que possa gerar desgaste ou custos para a Administração;
- Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação dos serviços e do uso racional dos recursos financeiros;
- Relativo ao aproveitamento dos recursos humanos espera-se o cumprimento, por parte da contratada, de todas as obrigações e compromissos assumidos.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não foi constatado pela equipe de planejamento a necessidade de adequação do ambiente do Órgão.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Para a execução dos serviços, objeto do Contrato, a Contratada deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG.

14.2. A Contratada deverá adotar no que couber, as disposições da Resolução CONAMA Nº 362, de 23 de junho de 2005 - Alterada pela Resolução nº 450/2012; da Resolução CONAMA Nº 416, de 30 de setembro de 2009; bem como da Resolução CONAMA Nº 340, de 25 de setembro de 2003, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos;

14.3. A Contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

14.4. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a Contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- a. recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- b. providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- c. exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

14.5. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que atenda aos seguintes requisitos:

- a. que esteja previamente registrado na ANP;
- b. de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;
- c. que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;
- d. classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP;
- e. que não se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP."

14.6. A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das baterias automotivas originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata."

14.7. As baterias a serem utilizadas na execução dos serviços deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012."

14.8. A contratada deverá providenciar o recolhimento e a destinação adequada aos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, nos termos do artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010, Resolução CONAMA nº 416 /2009, Instrução Normativa nº 09/2021 e normas correlatas.

14.9. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de pneus, com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) "B" ou superior, nos termos da Portaria INMETRO nº 379/2021.

14.10. Os pneus a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) "B" ou superior, nos termos da Portaria INMETRO nº 379/2021 que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória."

14.11. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

a. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

14.12. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- a. lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- b. lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- c. queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- d. outras formas vedadas pelo poder público.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1. Com base nas informações levantadas ao longo dos estudos técnicos preliminares, e no seu detalhamento, a equipe de planejamento declara que a contratação é viável de prosseguir e ser concretizada, pois:

- a) A necessidade da contratação é clara e adequadamente justificada;
- b) A contratação está coerente com a demanda prevista;
- c) Foi realizada a estimativa dos preços da contratação pretendida, a fim de que a administração possa disponibilizar o orçamento adequado para a aquisição no exercício corrente, houve pesquisa de preços priorizando o estabelecido na Instrução Normativa n 65/2021;
- d) A forma de contratação definida no presente estudo condiz com as necessidades do Órgão;
- e) A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCUS DANILLO MENDES FURTADO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 28/04/2025 às 17:50:49.

ALESSANDRA IVIE ESPINDOLA BRAGA

Integrante Técnica



Assinou eletronicamente em 28/04/2025 às 17:54:34.

ANA CLAUDIA LOURENCO DE GODOI

Integrante Administrativa



Assinou eletronicamente em 29/04/2025 às 10:37:17.